



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 33

Sessão Ordinária de Abril

1.ª Reunião de 27-04-2007

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, José Carlos Carvalho Pedroso, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Mário Jorge Rocha Oliveira, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Bastos Marques Rodrigues, Raúl Ventura Martins, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Paula Cristina Duas Urbano Antunes, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:30 horas).

Nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa colocou à apreciação do plenário do pedido de suspensão do mandato, por 60 dias, compreendido entre 28 de Abril de 2007 e 27 de Junho de 2007, do Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, Joaquim dos Santos Abreu.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva e Pedro Machado Pires da Rosa pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, José Carlos

Carvalho Pedroso, António Bastos Marques Rodrigues, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva e Mário Manuel Borges Pereira Pinto, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, António Mário Fonseca Neto e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Mário Jorge Rocha Oliveira e José Fernandes Pereira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente, a Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, por um período de sessenta minutos, dando lugar à eleição para a Assembleia da Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA)².

(Entrou na sala o Vogal Carlos Eduardo Maria Martins)

Retomados os trabalhos após a eleição para a Grande Área Metropolitana de Aveiro, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Câmara Municipal de Aveiro – Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2006;**
- Ponto 3. – Serviços Municipalizados de Aveiro – Relatório de Gestão e Contas de 2006;**
- Ponto 4. – Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Projecto de Urbanismo Comercial do Concelho de Aveiro – Constituição e aprovação dos estatutos;**
- Ponto 5. – Rota Europeia do Modernismo – Adesão do município de Aveiro;**
- Ponto 6. – Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro – Acordo a celebrar entre Sal, Lda e a VITASAL – Indústria e Comércio de Sal, Lda;**
- Ponto 7. – Proposta recomendação para que se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo;**
- Ponto 8. – Aveiro – A questão Regional e o modelo de Administração Territorial do Estado.**

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem²:

Acta n.º 28 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção do seguinte vogal:

Vogal António Rodrigues (PS)²

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta votos a favor, um voto contra e seis abstenções.

Acta n.º 29 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção do seguinte vogal:

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁶

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos a favor, um voto contra e quatro abstenções.

Acta n.º 30 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e quatro votos a favor, um voto contra e duas abstenções.

Acta n.º 31 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor, um voto contra e três abstenções.

Acta n.º 32 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção dos seguintes vogais:

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁸

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor, dois votos contra e duas abstenções.

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰¹¹

“É para dizer que votei contra todas as actas, a partir do momento em que verifiquei que a Mesa começou a utilizar um tom jocoso e pouco correcto, a partir do momento que o meu camarada de bancada António Rodrigues falou. Não é crime que eu saiba, neste país ser culto. Não é crime neste país ser poliglota. E o meu paizinho que me ensinou, que por acaso só sabia a língua portuguesa, ensinou-me que para ser respeitado tens que te dar ao respeito.

Acho que a Mesa não agiu bem, daí o meu voto contra que significa um voto de protesto pela actuação da Mesa perante a situação.

Não admito, nem nunca admitirei, que alguém se ria ou se use comentários mais jocosos e inusitados contra qualquer elemento da minha bancada.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Sesnando Alves dos Reis)

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰¹²

“Abstive-me na acta numero trinta e trinta e um, precisamente porque não estive presente e não posso conformar.

Voto também contra a acta numero trinta e dois, precisamente porque ela não reflecte tudo o que foi dito. E tornar-se-ia fastidioso para todos os elementos da Assembleia de terem que ouvir a transcrição do que foi dito para ver que não confere com o que está transcrito. Por isso mesmo fica apenas e só esta minha declaração de voto.”

De seguida, a Presidente da Mesa colocou à discussão a Moção⁰¹³ apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, que é do seguinte teor:

“MOÇÃO - 25 de Abril

1. Considerando que no passado dia 25 se comemorou o 33ºAniversário da queda do regime totalitário, antidemocrático e colonialista de António Oliveira Salazar;

2. Sabendo-se que a Revolução dos Cravos prometia a democracia, a justiça e a igualdade e gritava pelos direitos humanos, pelas garantias e liberdades dos povos;
 3. Atendendo às vitórias sobre os direitos, a esperança e a qualidade de vida, do acesso universal ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à justiça e à habitação;
 4. Reconhecendo as conquistas preconizadas, nomeadamente a elaboração de uma Constituição que assegura a liberdade, a democracia e a promoção da igualdade de oportunidades para todos e todas;
 5. Tendo em conta que a Revolução de 1974 permitiu o desenvolvimento da democracia, a liberdade de imprensa, o Estado de Direito, o Poder Autárquico Democrático, a separação de poderes, o respeito pelos Direitos do Homem e do ambiente, o estatuto de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, a liberalização do divórcio, etc.;
 6. Entendendo que a consagração do direito de escolha no planeamento familiar na promulgação da nova Lei relativa à Interrupção Voluntária da Gravidez, constitui a vitória mais recente da luta pela liberdade individual, um dos marcos fundamentais da Revolução;
 7. Assumindo os ideais e valores essenciais contidos na génese do 25 de Abril como a convivência plurinacional, a paz, a dignidade e o desenvolvimento por uma economia sustentada de pleno emprego e assente na estabilidade, protecção e igualdade social;
 8. Considerando que as medidas assumidas nos últimos anos constituem retrocessos nos direitos conquistados pela Revolução dos Cravos, nomeadamente o projecto neoliberal da flexisegurança, cujas consequências assumem proporções confrangedoras, das quais se salientam a precariedade laboral e as assimetrias sociais;
 9. Reconhecendo que o exercício da cidadania ainda não se assume pleno, que a saúde e a justiça conhecem dificuldades em termos de celeridade e eficácia, que a educação e a cultura ainda não se apresentam universais e que as assimetrias do desenvolvimento do território se mantêm;
 10. Assumindo a necessidade de acrescentar novos valores aos de liberdade, igualdade, solidariedade e fraternidade, preconizados por Abril, no combate sério à pobreza e à exclusão social e na garantia dos direitos das minorias e suas identidades, cuja assumpção a globalização nos impõe;
 11. Salientando a importância e as consequências da Revolução de 1974 na vida de todos nós, assim como o desejo de que esta cidade, berço dos Congressos da Oposição Democrática, continue a ser um exemplo de tolerância e de solidariedade;
- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que, a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2007, decida:
1. Congratular-se com a passagem dos 33 anos do 25 de Abril e saudar todas as vítimas da PIDE e do regime de repressão, muito particularmente os anti-fascistas que lutaram pela liberdade, contribuíram e continuam a contribuir para o aprofundamento do processo democrático conquistado com a revolução de 1974;
 2. Repudiar qualquer acção que viole os princípios consagrados na Constituição Portuguesa e direitos conquistados, atitudes contrárias ao espírito do 25 de Abril e à implantação de uma democracia plena;
 3. Solidarizar-se com todas as iniciativas cidadãs que promovam os valores essenciais conquistados na Revolução dos Cravos, apelando à participação dos cidadãos na vida pública.”

Intervieram na discussão, os seguintes vogais:

Vogal Fernando Afonso (BE) ^{uu}

Presidente da Mesa ^{uu}

Vogal Carlos Candal (PS) ^{uu}

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) ⁰¹⁷
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰¹⁸
Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰¹⁹
Vogal António Regala (PCP) ^{019(a)}
Vogal João Pedroso (PS) ⁰²⁰
Presidente da Mesa ⁰²¹
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰²²
Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²³

Seguidamente, a Presidente da Mesa ⁰²⁴ colocou à votação a Moção apresentada, sendo a mesma rejeitada com vinte votos contra (16PSD+4CDS), quatro abstenções (2PSD+2CDS) e catorze votos a favor (12PS+1BE+1PCP).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰²⁵

“Eu voto pelo valor que o golpe de estado de 25 de Abril nos concedeu - “A Liberdade”. E é em absoluto por este valor social cristão que eu possuo, de defesa da liberdade, que votei sim a esta Moção, naquilo que foi muito bem dito pelos oradores da minha bancada Dr. Candal e João Pedroso, não pelos pressupostos, mas pelo fim conseguido da liberdade que nos permite em absoluto termos as posições mais diversas e que porventura, se as soubermos assumir, serão profundamente enriquecedoras.

Quando são assumidas como gueto - quem se guetiza, não tem mais limiar de liberdade. E é esse sentido de gueto que eu observo na bancada da direita desta Assembleia, que me faz de facto sofrer, SOFRER, e dizer assim: porque raio de carga d’água sofremos todos, tantos, quantos — não há nomes por que a listagem era imensa. Mas eu lembraria apenas alguns dos eminentes aveïrenses que sofreram as agruras na luta por aquilo que porventura os soldados de Abril nos concederam para hoje aqui podermos isso. E recordava Mário Emílio; e recordava Manuel das Neves; e recordaria Armando Seabra; e recordaria todos os outros que já não fazem parte do nosso périplo, e até os vivos, conjuntamente, aqui na nossa bancada o Dr. Carlos Candal.

Porque da mesma forma que o proponente desta Assembleia, desta proposta, que viveu ainda que suavemente a luta anti-fascista, eu próprio também cruzei com muitas dessas agruras. E nós sabemos o como é difícil lutar para se poder ter voz.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁶

“Pela defesa dos ideais de Abril, a bancada do PSD votou contra a Moção proposta pelo Bloco de Esquerda e seus pressupostos totalitários, que desrespeitam as liberdades conquistadas por todos nós em 25 de Abril de 1974.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰²⁷

“Votámos contra a Moção, sobretudo pelos seus fundamentos.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰²⁸

“Eu voto contra, por pensar ser lamentável que se tente colar ao relevante acto histórico que é o 25 de Abril, Moções de carácter ideológico/partidário.

O 25 de Abril é de todos os democratas! Não é da esquerda, nem é da direita. VIVA o 25 de Abril.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁹

“Eu votei a favor, porque acho que votar contra uma Moção deste tipo é a pior coisa que nós podemos fazer em apreciação daquilo que outros por nós fizeram.

Eu estive no 25 de Abril, era estudante na altura, estava em greve; a PIDE tinha invadido a minha escola poucos dias antes; estive na fonte luminosa e, portanto, tenho... o senhor está mas está no bem bom, porque na altura em que lá devia estar e na altura em que deram liberdade ao seu Partido, o senhor agachou-se e estava escondido debaixo de uma cadeira. Essa é a historia. Essa é a história! E hoje há pessoas que estão a votar e estão a gozar dessa liberdade e que não sabem usar dessa liberdade. E é isso que lamento.

Além disso, lamento, que nesta Assembleia se façam ataques como aqueles que foram feitos à nossa Constituição. É a Constituição que está em vigor e que foi votada, e que não haja de parte da Mesa, cuja Presidente é inclusivamente deputada da República, alguma nota para evitar excessos nesse particular.”

Continuando, a Presidente da Mesa ⁰³⁰ colocou à discussão um Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do CDS, e é do seguinte teor:

“VOTO DE LOUVOR: - *O Grupo Municipal do CDS/PP – Partido Popular na Assembleia Municipal de Aveiro vem prestar publicamente o preito da sua homenagem ao jovem atleta do Clube do Galitos Diogo Carvalho pelo extraordinário resultado obtido na cidade espanhola de Cádiz, traduzido na sua qualificação para os Jogos Olímpicos de Pequim de 2008 e no novo recorde nacional através da vitória obtida na final da prova de natação de 200 metros Estilos.*

É, assim, com profundo orgulho e viva emoção que assistimos ao regresso de um aveirense a uma competição internacional tão importante como o são os jogos olímpicos!

À semelhança do que já sucedeu há 50 anos nas Olimpíadas de Londres e Helsínquia o Clube dos Galitos continua a honrar e a dar glórias desportivas prol da sua Cidade e do Desporto Nacional.

O trabalho e empenho desenvolvidos por esta colectividade têm permitido a elevação do espírito desportivo e contribuído para a formação desportiva, cívica e cultural da juventude aveirense!

Isto posto, cremos que é justo e merecido um VOTO DE LOUVOR a endereçar ao atleta galináceo Diogo Carvalho e ao Clube dos Galitos!”

Não se verificando intervenções, a Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Louvor, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (18PSD+6CDS+12PS+1PCP+1BE).

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰³¹

Presidente da Mesa ⁰³²

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³³

Presidente da Mesa ⁰³⁴

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³⁵

Vogal Presidente da Mesa ⁰³⁶

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰³⁷

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa ⁰³⁸

Membros da Assembleia

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁹

“Entrados neste período que antecede à ordem de trabalhos, pretendemos levar ao conhecimento de V/Exas, a nossa preocupação relativamente a duas situações que foram amplamente noticiadas nos últimos tempos, e são reveladoras do prejuízo e também da violação dos interesses da população aveirense.

A primeira situação que queremos aqui trazer a lume, é a negação pública do apoio do Governo Socialista ao financiamento da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe em Cacia.

Segundo se crê o governo prepara-se para financiar a segunda fase do centro Náutico de Montemor-o-Velho ostracizando assim, e desta feita Aveiro, relegando para um plano secundário um obra essencial para este concelho, e distrito igualmente.

Segundo as afirmações proferidas pelo Senhor Secretário de Estado do Desporto, Laurentino Dias, - ele próprio já se dispôs a chumbar qualquer proposta ou projecto de financiamento da construção daquela infra-estrutura, ainda que haja qualquer candidatura da nossa edilidade a programas de financiamento dos ministérios da Agricultura e Ambiente. Ora aqui temos um puro e inequívoco exemplo, de como este governo dá uma no cravo e outra na ferradura, e porquê? – Porque, se por um lado Aveiro hoje se regozija e justamente, pela futura instalação de um tribunal Administrativo e Fiscal, por outro tem todos os motivos para se empalidecer com a infame afirmação proferida pelo sobredito governante na recusa obstinada da comparticipação financeira de tal infra-estrutura.

De facto, só uma visão minimalista e provinciana, poderá secundar a importância e emergência de tal obra que muito poderia contribuir para o crescimento e desenvolvimento da pátria do Vouga, tendo o apoio do governo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Creio bem que é chegado o momento certo e oportuno deste colégio, enquanto órgão defensor dos interesses do município e da sua população, de demonstrar ao Governo que a não concessão de apoios ou fundos à construção daquela infra-estrutura, para além de revelar uma atitude pouco solidária em relação a Aveiro, traduzirá outro sim, um ataque discriminatório que atenta gravemente contra os interesses sociais e económicos de uma região, que durante anos e anos a fio, tem contribuído larga e exemplarmente para o desenvolvimento e progresso nacionais.

Assim, exorto a senhora presidente, como decerto não deixarão de fazer os demais membros desta Assembleia, para que seja endereçada uma missiva ao Senhor Primeiro Ministro, aos Senhor Ministros do Ambiente e do Desporto, solicitando a prestação de informação acerca da posição oficial do governo, em relação há concessão de fundos para a construção desta infra-estrutura, bem como a assumpção das obrigações estipuladas no protocolo, firmado com esta câmara, com menção na respectiva fundamentação de factos e de direitos; - esta é a primeira questão.

A segunda questão, que eu penso também que é relevante do ponto de vista dos interesses dos munícipes e deste concelho, prende-se com a também tão propalada deficiente prestação de serviços da Conservatória do registo Predial de Aveiro.

Como é do conhecimento público de todos, os serviços desta conservatória tem revelado uma clara e manifesta dificuldade na prestação de serviços e demais actos da sua competência. Na verdade, é confrangedor que Aveiro assista há pelo menos quatro anos, ao deficiente

funcionamento de um serviço público tão essencial para os munícipes e em consequência para o normal funcionamento e crescimento para a economia local.

Não é compreensível pois que em Aveiro exista uma conservatória que demora quase mais de meio ano para proceder ao registo da situação jurídica de prédios. Isto não é normal! Aliás é anormal. Além do mais, não deixa de causar espanto também a reacção tempestuosa do Senhor Conservador perante o legítimo interesse e preocupação manifestada por esta câmara, para um problema que afecta centenas de munícipes. Enfim! Por isso, também aqui cumpriria perguntar ao governo onde é que também para o famigerado SIMPLEX, e nesse sentido parece-nos que também aqui os organismos públicos não ligaram o simplificador.

Por isso, também exortava o senhor presidente, para que também officia-se a conservatória na pessoa do Senhor Conservador, informação detalhada sobre o actual funcionamento da conservatória e quais as medidas que a Direcção Geral de registos e Notariado, ou até mesmo o próprio conservador já implementou ou irá implementar, com vista a corrigir este estado actual de morosidade processual.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁴⁰

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁴¹

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴²

“Começo a minha intervenção por subscrever aquilo que disse o Senhor Deputado Miguel Fernandes, sobre a Conservatória do Registo Predial de Aveiro. Na verdade, aquela situação em que em Setembro do ano findo, o atraso dos registos era de um mês e agora se traduz em seis meses - com a era da informatização dos serviços, não se compreende. E não se compreende ainda mais, caros colegas, caros concidadãos, é a situação, o local onde está instalada aquela conservatória que não tem dignidade. Não tem dignidade e é frequente haver desmaios de pessoas que passam ali horas, num espaço exíguo, em condições inadmissíveis para um edifício daquela importância, daquela dignidade pública. Eu faço um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, para intervir activamente neste processo, no sentido de que a direcção geral dos serviços de notariado regule rapidamente com reforço de pessoal, actualize os registos em Aveiro, e simultaneamente que transfira aqueles serviços para um edificio consentâneo que todos nós sabemos que foi instalado num andar destinado a habitação e que o município de então, devia ter chumbado e não o fez. Lamento, e era uma questão que aproveitava da citação do Deputado Miguel Fernandes para subscrever inteiramente, e sei que os Aveirenses estão do nosso lado quanto a esta matéria, nomeadamente os aveirenses que necessitam de utilizar aqueles serviços.

Com o espírito de abertura democrática, Senhora Presidente, quero dizer que hoje decorreu aqui um momento negro da nossa democracia representativa — e foi-o com a eleição da Assembleia Geral da GAMA. Como V/Exa sabe e eu constatei, as freguesias e os representantes legítimos das freguesias estão excluídos de participar nessa votação. E quero aqui dizê-lo com toda a força, a responsabilidade é de um governante do PSD. E obviamente, pelo facto de eu ser militante do PSD, não me inibe de criticar quem teve a veleidade e a falta de consideração pelas freguesias e pela legitimidade democrática das freguesias, ao impedir que um representante das freguesias votasse nestas assembleias. Eu acho que haveria com certeza toda a razão para nós participarmos, pelo menos na votação, com uma representação das freguesias, já que poderiam não ser todos, uma vez que sendo todos poderiam influenciar em determinado sentido a votação. É lamentável que assim seja. E quero dizê-lo aqui alto e bom som, aquilo que disse então quando do debate desta lei, desta matéria, nos gabinetes do ministério respectivo.

Dizer ainda, que o que ouvi aqui hoje quanto à apreciação das actas, senhora Presidente, do meu ponto de vista, configura uma ofensa aos funcionários do serviço de apoio à Assembleia. E eu acho que ela é injusta. As desconsiderações que aqui foram feitas, quanto à qualidade das actas é do meu ponto de vista injusto. Todos nós conhecemos o serviço, os funcionários há muitos anos que apoiam esta Assembleia. Acho que ninguém tem nada a dizer sobre o seu rigor, a sua isenção, o seu profissionalismo.

Obviamente que se as actas vêm à Assembleia para apreciação e para votação. É obvio que nesse momento é o momento exacto para introduzir as alterações que cada um entenda dever propor para essas mesmas actas. É assim que está determinado, é assim que deve ser. Não fica bem a ninguém e muito menos aos neófitos nestas andanças, pôr em causa a qualidade do trabalho do Sr. Cartaxo e do colega que ali estão ao lado, e que eu considero que foram ofendidos.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴³

“Sr. Armando Vieira, gostaria que sinceramente me respondesse, se viu naquilo que o Sr. Dr. António Rodrigues disse, alguma crítica directa ou indirecta aos funcionários desta Assembleia - que todos sabemos que são funcionários zelosos e capazes. Ou se não conseguiu discernir uma crítica indirecta aos membros da Mesa, que esses sim, conhecedores de línguas estrangeiras e que certamente não leram as actas e, portanto, deixaram passar essas questões que o meu colega de bancada abordou.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) ⁰⁴⁴

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰⁴⁵

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁶

“Eu vou ser muito rápido porque os assuntos que tinha preparado para aqui, de certa maneira foram já tratados, que era inclusivamente o 25 de Abril, que foi trato com a Moção apresentada, e escalpelizado, no entanto não queria deixar de dizer devido à importância que têm esta data, e passados só que estão dois dias sobre esta data, queria dar uma nota positiva ao Executivo da Câmara que se lembrou de fazer uma homenagem ao 25 de Abril na pessoa de José Afonso. E que não temos dúvida que de facto o esquecimento do ano passado, lembrado por nós, e este ano já questionado por nós, surtiu o seu efeito e por isso mesmo damos esta nota positiva, porque esta comemoração que foi simples, foi digna e está inscrita no espírito de Abril.

Depois também me queria referir à questão do novo nadador olímpico Diogo Carvalho, tão importante que é, e no entanto já foi referido e já foi votado aqui um voto de louvor e escuso-me portanto de mais delongas.

Relativamente a uma outra questão, esta sim a última, é uma que se prende com o organismo de defesa da Ria. E permito-me falar aqui desta situação porque acho que é uma situação que é transversal e não se refere unicamente e exclusivamente ao concelho de Aveiro, mas refere-se também aos concelhos vizinhos, aos concelhos da AMRia e a outros que inclusivamente são subsidiários de toda esta zona da Ria de Aveiro. E isto vem naquilo que tem a ver com as declarações da semana passada dum governante que se preparava portanto, para não ter nada a dizer sobre a questão da Ria e da criação deste organismo da Ria. E lança dois mil e oito para a criação deste organismo, quase como uma tábuca de salvação para ter que responder à questão que lhe é posta da existência ou não, da perspectiva de criação deste organismo.

A ria de Aveiro é fundamental para a subsistência. Neste momento não é só subsistência económica, mas outro tipo de subsistência. E inclusivamente é um dos aspectos, aliás, será o

acidente geográfico que além de europeicamente ser extremamente importante, é um acidente geográfico que existe na nossa zona, mais rico e que mais pode e deve ser valorizado e mostrado aos forasteiros que nos visitam.

Pela importância que têm a Ria de Aveiro, é extremamente necessário que o Executivo tenha uma atenção bastante mais apurada e mais demorada sobre este aspecto, e que seja até o próprio executivo municipal de Aveiro, ele próprio, e até com a ajuda da própria Assembleia Municipal, em envidar os esforços necessários à conjugação também dos esforços dos outros municípios vizinhos, no sentido de provocar a formação do dito organismo.

Cada ano que passa, cada mês que passa, a situação degrada-se e provoca situações graves na própria Ria, que embora agente saiba que ela está de certa maneira a ser defendida, sem a própria criação do organismo, não há uma defesa suficiente, nem sustentada, da Ria que é absolutamente necessária.

Eu proporia e gostaria de saber, qual a intenção do executivo exactamente nesta matéria, e da disposição do Executivo na criação de um movimento alargado, na zona da Ria de Aveiro, no sentido de criar uma força que promova mesmo a organização e a criação do dito organismo da Ria de Aveiro?"

Vogal Orlando Terra Seca (PS) ⁰⁴⁷

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁸

"Senhor Presidente, queria dar os parabéns ao Executivo, depois de tantos anos de luta, finalmente, tirar uma imagem nada dignificante para Aveiro - refiro-me propriamente ao edifício da EPA.

Espero que este trabalho seja o primeiro de muitos outros a levar a cabo no concelho, de forma a derrubar outras imagens negativas que ainda existem na nossa cidade. Por isso estão de parabéns.

Em relação à nossa Avenida Lourenço Peixinho, está a mudar. Mas preocupa-me algo que não sei se o Executivo tem conhecimento, que são as árvores existentes na mesma. A maior parte delas encontram-se doentes, tendo os ramos quebradiços e que podem pôr em risco quem passa neste local. Todos nós gostamos de ver o verde das árvores, a cortar a cor do betão, porém e dando seguimento ao trabalho do anterior executivo, considero que estas árvores deviam ser substituídas por outras, devendo-se procurar requalificar urbanisticamente o local.

Gostaria ainda de felicitar o Executivo e a Aveiro EXPO, e toda a sua comissão executiva, na pessoa do Senhor Diogo Machado e restante equipa, pela realização do certame já tradicional em Aveiro - Feira de Março. Que no decorrer do qual se verificou uma melhoria, quer na qualidade de exposições, quer no programa de animação, tendo contado com a presença de milhares de pessoas. Mas nem tudo sai bem e como este certame contou este ano com mais gente do que o habitual, aumentou as dificuldades dos cidadãos entrarem em Santa Joana e outros de saírem das suas próprias casas, dado o estacionamento dos veículos a bloquear as suas saídas. Gostaria que fossem arrançadas soluções que dessem uma resposta ao estacionamento dos visitantes, já que este problema tem originado situações caóticas.

Queria ainda solicitar a nível da Educação e na sequência de reuniões e da disponibilidade demonstrada pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Ferreira, que sejam executadas atempadamente as obras das escolas da minha freguesia, para que as crianças tenham outras condições no próximo ano lectivo.

Gostaria finalmente de felicitar o Executivo camarário, na pessoa do Senhor Vereador Eng.º Carlos Santos, pelo trabalho que o departamento de jardins começa a desenvolver. E refiro-me em particular à excelente intervenção a nível da poda executada na Freguesia de Santa Joana e

segundo tenho conhecimento no resto do concelho, bem como pelo embelezamento e a alegria que os espaços verdes começam a trazer à paisagem de Aveiro.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Bom esta intervenção, serve de resposta ali ao distraído deputado Manuel António Coimbra, que diz que o Bloco de Esquerda vem para aqui fazer politica de bota abaixo, que não faz colaboração - olhe que se calhar, atendendo às proporções desta bancada, se calhar colabora mais proporcionalmente do que a sua própria bancada.

Portanto tinha aqui algumas questões para pôr ao Executivo. E a primeira seria relacionada com a zona industrial de Taboeira. Tem a ver com a fraca pavimentação dos arruamentos e com a sinalização, nomeadamente com a sinalização informativa das empresas lá instaladas e da identificação das ruas, se por qualquer dos lados que se entre, qualquer pessoa que pretenda ir a uma empresa, que não saiba exactamente o local onde ela está, tem que percorrer as ruas da zona industrial e pode até ter o azar de ser a última, a que pretende encontrar.

Portanto era talvez bom ter ali umas placas com uma planta topográfica da área, com as ruas devidamente identificadas, para se saber em que rua fica esta ou aquela empresa.

Relativamente à visita que foi feita ao aterro sanitário. Ficou de facto provado que os senhores cometeram um erro — não aceitarem a formação da comissão, porque aquele aterro sanitário tem bastantes anomalias, como ficou visto. O pior cego é aquele que não quer ver. De facto foi muito fácil concluir e se os senhores tiverem o cuidado de lerem o Diário de Aveiro de há alguns dias atrás, eu escrevi algumas dessas anomalias. Mal fizeram os senhores em não aceitar. Porque o que os senhores mereciam era morar ali naquela zona — depois aí conversariamos; e beberem a água daqueles poços e cheirarem os cheiros. Não, não quero pôr à porta de ninguém, aquilo já lá está, se calhar a vossa porta é que era bom que fosse colocada lá à beira dele.

Fazer um reparo a uma questão que acontece frequentemente, é que a informação da actividade do Executivo muitas vezes chega primeiro aos órgãos de comunicação social do que aos deputados desta Assembleia. Creio que não é forma mais correcta de respeitar o estatuto de oposição.

Por último queria saber, se fosse possível, a situação do edifício da Quinta da Condessa de Taboeira.

E relativamente à Pista de Remo, é de facto para mim e a história que foi aqui contada pelo Dr. Candal deste processo não é precisa, porque de facto começou bem quando disse que o Prof. Celso deixou passar muito tempo, mas depois a determinada altura também devia ter dito que o Dr. Alberto Souto trocou a Pista de Remo pelo Estádio, por questões diversas, conjunturais, que agora não interessa aqui.

Mas o que é estranho para mim, é que se diga que o governo não tem dinheiro, porque não é verdade! Porque o Secretário de Estado vai investir em Montemor, inclusive deram conta agora de uma situação que eu já vi há muito tempo, é que a pista de Montemor, além de não ter condições é estreita e agora estão a pensar fazer um canal ao lado daquele para aquecimento dos remadores. É um erro político, económico, estar a gastar dinheiro naquilo, mas o que é estranho nisto — e esta crítica vai directa para a bancada do Partido Socialista, é que não haja ninguém do PS que chegue junto daquele Secretário de Estado e que lhe demonstre e que lhe diga que ele está a cometer um erro. Inclusive o senhor deputado Afonso Candal, a quem eu mandei uma mensagem, que ainda tenho aqui gravada no meu telemóvel, sobre este assunto já há cerca de quinze dias. Como deputado eleito pelo Distrito e que até agora não tive qualquer resposta. Eu acho que o PS tem responsabilidades nisto.”

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁵⁰

“Em primeiro lugar, é necessário colocar no devido lugar as questões que se discutem nesta Assembleia. E por isso não é sério, quando alguns deputados da bancada do Partido Socialista, votaram contra e criticaram a Mesa, pela responsabilidade política de apresentar as actas da forma que foram apresentadas, e dizer-se que a responsabilidade é dos funcionários.

Os funcionários sabem que nós não estávamos a criticar o seu trabalho, bem pelo contrário, estávamos permanentemente a elogiá-los — e daqui vai o nosso especial cumprimento para os funcionários, em meu nome, dos meus colegas e em especial do deputado António Rodrigues, que me autoriza a fazê-lo. Por isso não é sério o que o deputado Armando Vieira fez, primeiro ponto.

Segundo ponto, penso que Antes da Ordem do Dia, devemos fazer declarações políticas e nesta altura devemos fazer declarações políticas que tenham a ver com o espírito de Abril. O ano passado trouxe aqui a esta Câmara, na intervenção que fiz Antes da Ordem do Dia, penso que ao longo dos tempos a luta incessante será aprofundar os dois “D”, de Democratizar e de Desenvolver. E no ano passado trouxe aqui a questão, em todo o papel que a Câmara poderia ter na criação e desenvolvimento de formas de acesso ao direito à justiça, com um gabinete de consultora jurídica, como resolução alternativa de litígios, participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens etc. Pouco se avançou nesse pelouro, mas não vou repetir.

Hoje deixo aqui uma outra declaração política que penso que é importante na construção das cidades do futuro. Hoje o grande problema do desenvolvimento das cidades é o papel que os jovens ocupam nessas cidades. E por isso, temos as cidades que crescem desorganizadas, desordenadas, e temos o exemplo do que aconteceu nas cidades francesas com, digamos, a certa revolta com o status quo instalado. Cabe à política de cidade evitar que isso aconteça. Dai que, para essa política de cidade, cabe hoje às competências da Câmara, participar obviamente, e não só à Câmara, mas a Câmara tem competências em matéria de detectar e acompanhar todos os jovens que entram no abandono escolar, que passam a fugir da escola. E juntamente com as outras entidades, a partir daí, criar programas de integração, programas de inclusão social.

O futuro das cidades está nos nossos jovens e se não sendo uma tarefa exclusiva da Câmara, no dia em que poderemos falar aqui do 25 de Abril, a minha mensagem política de futuro para o debate de todos os grupos parlamentares é, que se discutam, que se apresentem, que se desenvolvam políticas de inclusão e de integração dos jovens na cidade de Aveiro. Em especial aqueles que estão a prejudicar o seu futuro ao abandonar a escola precocemente e a entrar eventualmente com um pé na marginalidade.

Isso faz-se, obviamente, com muitos projectos que eu sei que existem, como existe no bairro de Santiago ou do Griné, mas faz-se desenvolvendo esses projectos e sobretudo criando — com uma forte intervenção, por exemplo da adesão da Câmara a todos os programas de novas oportunidades de educação/formação, de formação alternativa às escolas, em que a Câmara no actual contexto tem um grande papel.

Por isso, pergunto à Câmara, que me esclareça agora ou no futuro, que medidas pode tomar nesta área para promover a melhoria e a qualidade de vida na nossa cidade?”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁵¹

“Muito brevemente, não posso também deixar passar a oportunidade de falar do 25 de Abril. Sobretudo para mais uma vez falar do que foi a conquista da liberdade, sobretudo liberdade de expressão — e por isso todos estamos aqui, alguns a invectivarem mais uns do que outros, todos com maneiras diferentes de encarar o que foi esse dia que foi o 25 de Abril, que trouxe à

maior parte das pessoas direitos que até então não podiam ser exercidos, nomeadamente o direito à liberdade.

E não vou falar de outros mais direitos, porque a partir do direito à liberdade de expressão, vêm todos os outros direitos que lhe estão conexos.

Portanto, mais uma vez eu lamento — lamento que também já fiz aqui o ano passado, numa intervenção sobre o 25 de Abril, que não percebia por que é que a Câmara não fazia uma festa também por causa do 25 de Abril. Uns festejos mais condizentes com a nossa Cidade, que têm tradições democráticas. Fica aqui novamente o meu apelo. Estou convicta que o Senhor Presidente da Câmara vai ser sensível a esta minha sugestão.

Depois, não posso deixar passar também aquilo que se disse aqui sobre a Conservatória do Registo Predial. O problema da Conservatória do Registo Predial não é de hoje, não é de há dois dias, não é de há dois anos, nem é de há quatro anos; é de há muito tempo.

Ciclicamente a Conservatória tem problemas muito grandes e isso depende também do volume de trabalho. Se houver uma altura de grandes compras e vendas há realmente um afluxo de trabalho anormal. O problema que se põe em relação à Conservatória do Registo Predial de Aveiro, e de que o Ministério da Justiça tem conhecimento já há muito tempo, é um problema que muitas as vezes está relacionado com a pessoa que está à frente da Conservatória — e esse problema é um problema que é cíclico.

Depende, nós já tivemos aqui pessoas que conseguiam pôr realmente a Conservatória a funcionar muito rapidamente e temos outras pessoas que não conseguem. Também temos alturas em que os funcionários conseguem trabalhar de uma forma e outras vezes não conseguem dar vazão.

É realmente vergonhoso aquilo que se passa. Temos uma espécie de um auditório onde estamos sentados várias horas. Os advogados tem uma preferência no atendimento, mas se não a quiserem utilizar (e muitas vezes não o utilizam), estão ali sentados durante horas, ou então alguém tira uma ficha logo ao abrir da Conservatória e quando são duas horas vai para lá outra vez; apesar de agora terem aumentado o seu horário de trabalho.

Portanto eu penso que aquilo é uma questão de chefia. Já foram para lá colegas para tentar saber o porquê do mau funcionamento da Conservatória e, portanto, penso que esse problema diz respeito a todas as pessoas, mas não sei se será exactamente aqui na Assembleia Municipal o sítio mais adequado para resolver o problema. Faz-se o que se pode.

Mais concretamente eu queria perguntar o que é que a Câmara pensa fazer para revitalizar a Praça Marquês do Pombal? Eu acho que é uma zona que nesta altura, então agora que se aproxima o Verão, poderá promover-se algumas festividades ou fazer pelo menos o chamamento para que as pessoas possam por lá passar com mais frequência; penso que aquilo tem condições óptimas para qualquer tipo de espectáculo ou de evento.

Gostava também de saber, o que é que pensam fazer, em relação a uma situação que de dia para dia se agudiza e que diz respeito àquela rua de quem quer entrar no estacionamento, na Praça Marquês do Pombal e vem da Sé, tem que passar por aquela rua onde está a “Casa Martelo”. Ora acontece que o trânsito faz-se nos dois sentidos. Muitas vezes vêm pessoas do correio ou funcionários do correio e quem está para entrar no parque, ou vem de marcha-atrás ou tem que estacionar ainda antes de entrar no acesso, o que dificulta muito o trânsito por aqueles lados.

E mais uma vez lamento que o senhor Vereador Carlos Santos não queira ouvir os meus protestos quanto ao mau estado das ruas da cidade. Têm muitos buracos! Eu posso-lhe fazer daqui assim um apelo: quando quiser vamos fazer uma viagem pela cidade, para lhe mostrar os buracos que tanto incomodam os munícipes.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰⁵²

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵³

“Eu vou ser muito sucinto, relativamente a tudo aquilo que foi dito. Quero dizer de um modo intelectualmente pouco sério, naquilo que se quer fazer crer.

As actas são da responsabilidade da Mesa, não são dos transcritores, dos assessores, dos funcionários, de ninguém. É dos responsáveis. E deve ser lido desse modo. Razão porque eu tenho pena do senhor deputado Armando Vieira não estar aqui, para lhe citar de facto um brilhante aveirense. Porque tudo aquilo em que porventura houve e aqui nos disse, faz-me recordar quando o Homem Cristo dizia um discurso verdadeiramente — “do cospe nele”. Convenhamos; bom. E naquilo que se quer fazer depreender da falta de entendimento. Todos devem pedir a que todos assumam algum limiar do conhecimento. Não peçam a ninguém para descer. A tarefa absoluta de cada um de nós é de crescermos no conhecimento e crescermos no conhecimento é adquirirmos e irmos em todo o tempo em busca dele. É este estímulo que porventura nós aqui queremos transmitir. E estímulo esse, oferecendo conhecimento, para que as decisões melhor informadas, sejam efectivamente melhor conseguidas.

E queria de facto trazer de novo, porque pelos vistos estou impedido de realizar a tarefa de fiscalização, para ler e para não continuar a ouvir o senhor Presidente da Câmara, de há mais de setenta anos, que o Ex-Centro de Saúde Mental é de quem quer que seja. Tenho aqui o testamento cerrado, escrito no dia 6 de Agosto de 1960. Estão transcorridos 47 anos, apenas! E aberto em 1977, altura do falecimento do legatário. E diz o seguinte o senhor legatário que o faz de toda a forma lúcida, sem pressões e que diz o seguinte: “lego ao Seminário de Santa Joana princesa (não legou a mais ninguém) ao Seminário de Santa Joana Princesa. E era isso que eu queria saber e o Senhor Presidente da Câmara tem que trazer a escritura de doação, o negócio entre o Seminário e a Direcção Geral do Património. Caso contrário está aqui um embrulho montado. E isto hoje, porque ninguém dita, eu fico liberto de prestar mais colaboração de ser tão claro quanto, para entregar estes assados, porque me parece, já aqui disse, um caso de polícia, ao IGAT, à Procuradoria-Geral da República e eu próprio poder publicitar isto aos meios de comunicação social. Por hoje é tudo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁴

“Deixe-me dizer-lhe uma coisa com sinceridade. Eu não percebi nada do que o senhor disse. Eu não percebi — o defeito é meu! Eu não quero que desça. Naturalmente quer-se manter sempre lá em cima, no seu nível, mas por favor um pouco mais de explicação. Explique-me o que é isso do Seminário.

Eu não entendi. Não percebi da essência do que foi dito e gostava que o Senhor Dr. me explicasse o que é isso do Seminário? O que é que o Seminário tem a ver neste processo?”

Membros da Assembleia

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁵

“Então Senhor Presidente, se me permitir, eu vou dizer, e vai entender.

Manuel Matias Rei, não Reis, Rei, casado, proprietário, natural e residente no lugar de Vilar, Freguesia da Glória, que se identifica dizendo: “não tenho quaisquer herdeiros na linha recta descendente e na linha recta ascendente, que apenas vive hoje, minha mãe. Lego ao Seminário de Santa Joana Princesa da Diocese de Aveiro, a parte que me pertence na Quinta da Pinheira, denominada Espinheira, cita em Vilar, incluindo a capela que nela se encontra, reservando usufruto para minha mulher enquanto for viva”. E diz mais: “e tudo o resto de todos os pertences”; que de facto foram como se vai ver e provar colocados em nome da Direcção Geral

do Património, por via revezada, sem que foram transferidos de Manuel Matias Rei, para a Direcção Geral do Património, sem ter passado por este documento, determinante dos verdadeiros legatários e porquê? Há quem tenha que rezar missas no dia de Santa Eufémia e de Santo Antão.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁶

“Portanto esses terrenos foram, pelos vistos, indevidamente colocados em nome da Direcção Geral do Património!? Até ai eu percebi. Portanto aí também não é preciso muito para perceber, mesmo no nível mais baixo, nós percebemos isso — e então é esse o motivo da queixa, da participação ao IGAT e a todas as entidades? Agora eu faço esta pergunta: quem é que, quem foi a entidade que colocou estes terrenos em nome da Direcção Geral do Património, na sua perspectiva, indevidamente? Quem é que os colocou?”

Membros da Assembleia

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁷

“Também sabemos, não fui eu. Mas o Senhor Presidente que realiza um negócio deve-se inteirar de todas as nuances desse mesmo negócio. E ao não se acautelar disso acaba por realizar uma decisão mal informada. É só isso que eu aqui levantei em Dezembro e que hoje lhe clarifico. Não se ria, nem se oculte, não se sonegue rigorosamente nada, porque tudo aquilo que lhe pedimos e V/Exa que é tão célere a procurar ser informado pela nossa parte, e não temos dúvida nenhuma em lhe oferecer todas as informações para que decida bem para os Aveirenses. Nós não nos conformamos com a ausência, com a sonegação permanente de informação aos pares — e mais à câmara que tem que tomar decisões em pleno.

E isto decorre em absoluto, porque V/Exa conforme diz ou não diz, ou manda um Director de Serviços quaisquer, que eu não conheço, que a proposta tem que vir a esta Assembleia, e veio de uma forma arrevesada através de um pedido de endividamento — não trouxe proposta!

Mais, fez aprovar... está aqui, é o papel que me deu. E depois de todos os papéis solicitados, diz assim: não têm nada! Nós sabemos que não é preciso um cheque para pagar, mas nós gostávamos de ver um modo de pagamento ou seja, a transferência. Não se diz assim: “não houve cheque para pagamento”. O senhor afirma aqui que foi pago a pronto pagamento do qual tem um desconto “x” e não apresenta... Isto o que objectivamente requer é sonegação de informação. V/Exa, não pode remeter-se, que eu sei que tem muito trabalho para fazer, mas não se pode remeter para lado nenhum, nem para nenhum Vereador, porque quem representa a Câmara em juízo e fora dele é o Presidente da Câmara. E V/Exa que aos autos diz sistematicamente nada, razão porque também falta na acta: Élio Maia é igual a “apousia” (ausência) — não está em lado nenhum; V/Exa não pode agarrar e requer agora aquilo que nunca ofereceu e que não quer dar.

Esta é a nossa opinião: tem que fazer um esforço, no sentido de procurar encontrar maiores apoios, porque fechado dentro de si próprio vai de facto agarrado ao espelho — vai sentir-se tão só, tão só, com a multidão do bigode desalinhado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁸

“Se for preciso ajuda nessas participações todas, para essas entidades todas, faça favor, pode dispor. Eu tenho pouco tempo como disse, mas terei muito gosto em colaborar nisso.

Aquilo que se passou claramente e é do conhecimento de todos foi que, houve duas entidades, naturalmente sérias, que fizeram um acordo, um negócio. De uma parte uma entidade que era a Câmara que estava interessada em adquirir, em comprar; outra entidade que se apresentou

como vendedora e titulou esse seu acto e essa sua posição de vendedora, com todos os documentos legais que suportavam que era a dona do terreno. Se não era dona do terreno é muito grave; mas é muito grave. Não é pelo município. É muito grave para quem apresentou os documentos todos que titulava a posse do terreno.

Agora, avance. Se for precisa ajuda terei muito gosto, muito prazer. Agora parece é isto Dr. se num processo destes, enfim, vamos ficar por aqui...”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁵⁹

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁰

“Era precisamente para começar a falar do assunto do Aterro Sanitário de que falou o Dr. Jorge Nascimento. Para dizer que de facto vi com muito maus olhos que se votasse aqui negativamente e se impedisse a criação de uma comissão de acompanhamento e depois tentasse emendar a mão, com uma visita folclórica ao local. É uma visita folclórica ao local. É uma visita guiada ao local, folclórica, com intuítos puramente, enfim, demonstrativos de que a unidade não tem qualquer problema e toda a gente sabe que tem; e que toda a gente que por exemplo esteve no futebol, nestes últimos tempos, sabe que existe um cheiro nauseabundo que efectivamente já foi maior. É menor nuns dias, depende dos ventos, mas que há um cheiro pelo menos nauseabundo, que inunda aquele local. E portanto está tudo bem, parece que está tudo bem, parece que aquilo tem lá patinhos, as crianças podem ir para lá fazer piqueniques, mas o que é certo é que cheira mal e incomoda as pessoas. Portanto alguma coisa não há-de estar a correr bem, até porque aquilo me parece, eu que não sou técnico, são libertações de gases de metano que andam por ali a poluir a atmosfera e isso é patente e ainda há dias nós tivemos como eu disse o nosso estádio felizmente cheio, penso que foi das maiores enchentes que aconteceu de há muito tempo, e não fui eu, foi toda a gente que veio e alguns que vieram nesse aspecto. Está claro que julgavam que era os cheiros ainda eram os antigos “ai isto é que é o cheiro de Cacia?” “Mas isto para Cacia, antigamente o cheiro não era bem este!” Quer dizer, aquela gente já foram causticadas sempre com os cheiros da celulose e agora tem este cheiro, mas este cheiro é um cheiro nauseabundo. Eu vou muitas vezes por exemplo reparar o meu automóvel, fazer as revisões, àquela zona dali de Cacia — é uma coisa horrorosa de uma pessoa suportar e toda a gente se queixa disso. Mas está tudo bem. Enfim. Lembrei-me disto, porque houve de facto algumas testemunhas, nomeadamente trinta mil quando foi do Benfica. Já agora, que estou a falar do Benfica e que estou a falar do futebol, eu gostaria (e penso que até é uma coisa menor) que o nosso Presidente da Câmara nos dissesse e no espírito de transparência que deve presidir aos actos da Câmara, como é que por exemplo são preenchidos os lugares, como é que são convidadas as pessoas para os camarotes da Câmara e das empresas municipais? Há algum critério? É só para amigos? É só para gente com um cartão de um determinado Partido? Como é que é? É preciso que se saiba. Deve haver algum critério que explicará as pessoas que por exemplo eu encontrei lá e que eu vi lá, em ambos os camarotes. Deve haver algum critério e eu gostaria que ele fosse aqui explicado.

E para não sair muito do local, que o tempo não dá para mais, os três minutos e meio não dá para mais, gostaria também (e uma vez que isso não vem na Comunicação do Presidente e portanto não poderemos discutir esse aspecto) que o Senhor Presidente nos falasse da PDA. Da privatização do PDA, se vai para a frente, não vai para a frente? Quanto é que é a percentagem? Até porque como todos nós sabemos a PDA é um caso muito particular dentro das empresas municipais, porque não só é uma empresa municipal de largo futuro que pode

valer muito dinheiro, como também é, e isso é um ponto fraco, talvez da empresa, é gerida por um conhecido político local que por acaso é o Presidente da Comissão Política, de uma das forças partidárias que faz parte da coligação.

Não que eu tenha nada contra isso. Eu acho que se devem as pessoas que estão na política e que devem prosseguir uma determinada política, devem assumir isso, devem assumir esses lugares. Não, não tenho nada contra isso, mas de alguma forma, pelo que se ouve, parece que esse Senhor fala mais às vezes nos jornais em nome da Câmara do que o próprio Presidente da Câmara, naquele aspecto.

É só consultar a imprensa local e verificar aquilo que foi dito relativamente a isso. Mas como isso é muito importante, é fundamental que nós saibamos o que é que a Câmara está a fazer ou não está a fazer. O que é que se vai fazer? E, finalmente, até saber também o que é que vai fazer da EMA? E, finalmente, até talvez esteja na altura de nós sabermos o que é que o investidor privado, minoritário, está a pensar fazer.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁶¹

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁶²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Eu gostaria de começar exactamente, por agradecer à Mesa ter sido tão célere a cumprir a resolução desta Assembleia, de marcar uma visita ao aterro sanitário de Taboeira. Acho que foi importantíssimo para todos nós, e não só para alguns, que eventualmente pudessem integrar uma comissão, termos podido ver “in loco” e falar com as pessoas responsáveis pelo aterro, sobre o que é que na realidade se passa.

É um facto que é um problema. É um problema que foi negociado pelo Partido Socialista já há alguns anos atrás, que veio resolver um outro problema ainda maior que existia, que era uma lixeira a céu aberto que nós tínhamos em Taboeira e que ainda hoje estamos a sofrer as consequências de termos tido essa lixeira no nosso município.

Neste momento temos um aterro. E temos um aterro que ainda vai ter uma duração que se estima que possa ser de mais dois anos — e isso é uma preocupação. E essa preocupação foi mostrada a todos aqueles que quiseram e que se interessaram estarem presentes, poderem ouvir as explicações. Fomos todos nós, membros da Assembleia e não só alguns ou aqueles que aqui criticam, mas que não tiveram sequer, vá lá a coragem até, a coragem de querer ter-se inteirado, para mais facilmente poder falar acerca deste assunto na Assembleia.

E por isso é uma preocupação, o facto, de termos que continuar a ter os cheiros provenientes da decomposição do lixo durante mais algum tempo. E esse mais algum tempo vai ser até dois anos. Agora podemos é ter uma certeza também, é termos a certeza que há uma preocupação ambiental por parte da empresa. E também fomos transmitir, nós membros desta Assembleia, fomos transmitir que também estamos preocupados e isso foi importante também. Que estamos alerta, que estamos interessados em saber o que é que se passa, e assim como fizemos uma visita, podemos tomar outras formas, se for caso disso. Mas por aquilo que nós ficámos a perceber é que há na realidade uma monitorização dos lixos, há uma triagem dos diferentes resíduos que estão a chegar ao aterro e por isso há toda uma preocupação ambiental, que também é de registar, mas que não chega.

Mas também aquela visita ao aterro deu-nos uma esperança de que vai haver um tratamento selectivo aos lixos. E que vai ser implementado uma nova modalidade que vai permitir selectivamente e com muito melhor qualidade, podermos fazer uma triagem e podermos fazer uma recuperação dos lixos e por isso cumprirmos todas as normas ambientais com que se rege já toda a comunidade europeia onde nós nos integramos.

E isso também é importante, nós nos termos apercebido e aí lançava também um desafio que foi lançado lá, que é também do próprio município de Aveiro ser pioneiro, assim como nós, aqui há uns tempos atrás quisemos ser pioneiros, por queremos albergar uma incineradora.

Acho que nós devemos ainda mais ser pioneiros. E fomos pioneiros também ao dizer não a essa incineradora, poderemos também ser pioneiros, de podermos albergar com todas as condições de comodidade também para as nossas populações, num tratamento mecânico ou biológico, daquilo que se faz no melhor, que se faz na Europa e no mundo, acerca do tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

Gostaria também de manifestar e de lamentar a forma como o Bloco de Esquerda veio para a comunicação social tratar este assunto. Mais uma vez, parece que me estou a meter com o Bloco de Esquerda, mas o que me parece é que o Bloco de Esquerda gosta de ter protagonismo, mas pela maneira errada. Porque afinal, só o representante do Bloco de Esquerda viu algumas ilusões. Porque não se tratava sequer de realidades e por isso pode até ter razão nalguns factos, a maneira como os relata, a maneira como os trata, tira-lhe toda a razão, tira-lhe toda a credibilidade e é pena que haja membros desta Assembleia que de um momento para o outro possam perder a sua credibilidade, como aquela que foi perdida e a oportunidade que foi perdida, de podermos ter tratado este assunto da visita desta Assembleia Municipal ao aterro sanitário de Taboeira como aquela que se perdeu com a atitude do Bloco de Esquerda.

E por último, só gostaria de realçar também um outro aspecto, que o Porto de Aveiro tem estado a ser destacado e penso que era importante também fazermos este período da ordem do dia aqui um realce ao bom trabalho, e de projecção que o Porto de Aveiro, nestes últimos anos através do Eng.º José Luís Cacho, tem trazido também para a nossa região.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [064](#)

“Eu desafio o deputado Manuel Coimbra, a provar qualquer coisa que eu tenha escrito, qualquer assunto que eu tenha tratado nesse artigo do Diário de Aveiro — faz favor de provar aqui que eu não tenho razão.”

Presidente da Mesa [065](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara [066](#)

“Mantendo fidelidade ao princípio que temos defendido, iremos procurar dar nota das questões que não se poderão enquadrar normalmente na Comunicação do Presidente. Dois ou três aspectos só.

Doze de Maio, foi uma questão levantada pelo Dr. Candal, que já aqui não está. Agradecer a sugestão que fez. Foi naturalmente excelente. a próxima segunda-feira temos reunião do executivo, um dos pontos é exactamente este: tomar uma deliberação sobre as distinções que deviam ser atribuídas e um dos nomes que consta nessa proposta que vai ser analisada exactamente é o nome que o Dr. Carlos Candal aqui nos propôs e que indicou.

Em relação ao Sr. Armando Vieira, em relação à questão da GAMA e dos Presidentes de Junta não poderem votar - expressar-lhe a minha solidariedade. Não vale rigorosamente nada, fica tudo na mesma, mas pelo menos publicamente fica aqui essa solidariedade.

Quanto à questão da Ria, foi colocada por alguns deputados, é um tema importantíssimo mas penso que caberia melhor na próxima reunião essa análise, essa reflexão sobre isso, até porque também já muita gente se ausentou, de modo que era capaz de sugerir que essa reflexão corresse na próxima reunião assim como também aquela questão em relação à cidade futura, à juventude, que o Sr. Dr. Colocou. Acho que merece mais distinção do que agora à uma hora da manhã ser analisado.

Agradecer também a reflexão final que o Prof. Manuel António Coimbra fez sobre a questão do aterro. Todos analisaram e bem, naturalmente o Prof. Manuel António deu um passo mais em frente, olhou para o futuro, temos que ver não só a questão presente e o problema que lá temos, mas também o caminho que temos que trilhar para o futuro.”

Vice-Presidente: ⁰⁶⁷

“Se me permitem, eu aproveitava só para dar aqui alguns esclarecimentos e para dar aqui uma informação, porque não queria que de forma nenhuma que os senhores deputados se sentissem, enfim, desconsiderados, porque provavelmente poderá acontecer amanhã na comunicação social. Acerca de uma semana nós enviámos uma carta a todos os lojistas do Mercado Manuel Firmino, a toda a gente do Mercado Manuel Firmino, dizendo que o dia de abertura do mercado seria 12 de Junho, terça-feira, 12 de Junho, respondendo ao Sr. Terra Sêca. Eu não queria de facto deixar de dizer isto, porque nós dissemos que primeiro informaríamos portanto os utentes do mercado. Há mais de uma semana que eles tem a carta e eu hoje fui interrogado por um jornalista nas cerimónias que houve nas Florinhas do Vouga e eu falei também e eu admito que amanhã isto apareça nos jornais. Portanto 12 de Junho, terça-feira, nós tencionamos abrir o mercado Manuel Firmino. Já abrimos o parque de estacionamento, como é sabido e nesse dia tencionamos abrir o mercado Manuel Firmino, com tudo ocupado, como é evidente.”

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa⁰⁶⁸ deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 03 de Maio (5.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 28 de Abril de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)